

# Os Arquivos Municipais: a sua crescente importância na administração e na sociedade algarvia.

*João Sabóia*

Arquivo Distrital de Faro

Rua: Coronel António dos Santos Fonseca

8000-257, Faro

Tel: 28 981 06 40

E-mail: jsaboia3@gmail.com

## RESUMO

Os arquivistas municipais estão confrontados com grandes desafios no seu papel de servir os utentes internos e externos, procurando, persistentemente, transformar os arquivos em verdadeiros recursos para a gestão, para a administração e para a cultura, aumentando, desta forma, a sua visibilidade como agentes de desenvolvimento da sociedade e ao proporcionarem activamente o usufruto da memória de um concelho e das suas gentes procuram, também, contribuir para uma cidadania mais informada, responsável e participativa.

Ainda, em muitos casos, existe a necessidade do serviço de arquivo municipal ser unificado numa única unidade orgânica, de modo a permitir uma gestão integrada e de qualidade no Sistema Arquivístico.

Também a implementação das novas tecnologias aplicadas ao Sistema Arquivístico Municipal e o planeamento de modernas instalações arquivísticas deverão levar o profissional de arquivo a reivindicar um papel central na planificação, organização e execução/acompanhamento desses processos.

O Algarve, espaço regional exemplificado neste trabalho, de Outubro de 1994<sup>1</sup> até finais de 1999 teve um único arquivista para toda a região, actualmente tem 25, sendo 19 pertencentes a Câmaras Municipais.

Esta evolução positiva, que teve como catalisadores o trabalho desenvolvido na região pelo Arquivo Distrital de Faro e a implementação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM)<sup>2</sup>, possibilitou, não só, o aumento da massa crítica arquivística nas Câmaras Municipais, como, também, o surgimento de novas instalações de arquivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos municipais, Rede de Arquivos do Algarve, 2.º Encontro de Arquivos do Algarve.

## OS ARQUIVOS MUNICIPAIS

### I

#### Antecedentes

Os arquivos municipais em Portugal, de acordo com Alberto Iria<sup>3</sup>, têm a sua primeira memória legal no

Regimento de 1392, feito pelo Corregedor da Corte Johanne Mendes de Goes para o arquivo da Câmara de Évora, no entanto foi em 1498, com as Cortes de Lisboa, que estas medidas se tornaram mais gerais. Nestas D. Manuel determinava, sob pena de dois mil réis de multa, que os oficiais de todas as Câmaras do País mandassem fazer “um cofre forte e bom e uma arca grande e boa”, para guardarem os documentos relativos às eleições municipais e outros de grande interesse para a vida do município.<sup>4</sup>

No que diz respeito à legislação também podemos encontrar nas diversas Ordenações a preocupação com a salvaguarda dos documentos considerados mais importantes como se pode avaliar por exemplo nas Ordenações Manuelinas “(...) Item o Escrivam da Camara terá hua das chaves da arca do Concelho, em que ham de estar os Foraes, Tombos, e Privilegios, e outras Escripturas, o qual Escrivam nom consentirá, que cousa alguma das sobrditas, que na dita arca estiverem, se tirem fóra della pera ninhua parte; salvo quando alguma Escriptura for necessaria se tirará na casa da Camara, onde tal arca estiver, e tanto que se viir, ou tresladar, se torne á arca, e este cumpra assi o Escrivam sob pena de privaçam do Officio. (...)”<sup>5</sup>

O Escrivão da Câmara procurava aplicar, de uma forma mais ou menos eficaz, a legislação referida, como se pode observar pelas Actas de Vereações. Também quando deixava o cargo passava ao novo Escrivão entre outras coisas o Inventário dos Livros, o que nos dá no tempo os documentos que tinha à sua responsabilidade e a importância que era dada aos

mesmos. Na Acta de Vereações da Câmara Municipal de Loulé de 17 de Abril de 1675 podemos ler um desses Inventários:

*[fol. 101 V.]*

“Termo de inuentario dos Liuros da Camara que Ruy de Britto de Mendonça escriuão da camara que foi entregua nesta Camara a João Camacho Mascarenhas escriuão da câmara, que existe.

E Logo no dito dia mes e anno na dita Camara mandaram o juís vereadores e procurador do Conselho uir ante si a Ruy de Britto de Mendonça escriuão da camara que acabou, o qual troxe os Liuros da Camara que tinha em seu poder, e se entregaram a João Camacho Mascarenhas escriuão da camera, que atualmente serue por inuentario que he o seguinte

r. Liuro das uereações do anno de seiscentos sassenta e quatro

r. hum Liuro de despeza e receita do anno de seiscentos sincoenta e quatro.

r. Outro Liuro de despeza e receita do anno de seiscentos e dezoito.

r. hum Liuro das rematações das rendas e terras da Camara do anno de seiscentos- [sic]

*[fol. 102]*

seiscentos sassenta e sete.

r. Hum Liuro das vereações do anno de seiscentos sassenta e sinco.

r. Hum Liuro das correições do anno de seiscentos e dezanoue.

r. O foral deL Rey Dom Manoel

r. Hum Liuro das vereações do anno de seiscentos e sassenta e noue.

r. Liuro de receita e despeza do anno de seiscentos e sassenta.

r. Liuro das uereações do anno de seiscentos sassenta e oito

r. Liuro das rematações do anno de seiscentos e sincoenta e sete.

r. Liuro das vereações do anno de seiscentos e uinte e seis.

r. Liuro das vereações do anno de seiscentos sincoenta e quatro.

r. Liuro das uereações do anno de seiscentos

sassenta e dous.

r. Hum Liuro velho, donde estão humas prouisões de sua Magestade.

r. Liuro da receita e despeza do anno de seiscentos sassenta e oito.

r. Liuro da receita e despeza do anno de seiscentos sincoenta e sete.

*[fol. 102 V.]*

r. Liuro das coimas que se dão à Camara

r. Liuro das vereações do anno de seiscentos sassenta e dous

r. Liuro das vereações do anno de seiscentos sincoenta e sinco.

r. Liuro das rematações do anno de seiscentos setenta e tres.

r. Liuro das vereações do anno de seiscentos setenta e hum.

r. Liuro das posturas da Camera.

r. Liuro das coimas que se dão a Camera do anno de seiscentos sassenta e sinco

r. Quaderno do trigo e ceuada.

r. Hum quaderno velho das taxas.

r. Hum Liuro de Taxas

r. Hum Liuro donde se assentam os que trazem mosquete para terem espingarda.

r. Outro Liuro do mesmo.

r. Huns papeis de vistorias que a Camera fes.

E não ouue mais Liuros nenhuns que se entregassem exceptos os que estão no Cartorio da dita

*[fol. 103]*

Camera, de que fis este termo que assinaram o dito João Camacho Mascarenhas e Ruy de Brito de Mendonça e eu João Camacho Mascarenhas escri[vão] da Camera o escrevi“.<sup>6</sup>

Relativamente a este Inventário salientaremos que das Actas de Vereações enumeradas só a de 1654 não foi ainda encontrada. Aliás Alberto Iria na sua obra “Descobrimientos Portugueses: o Algarve e os Descobrimientos” destaca este facto “(...) Esta desoladora impressão [da ruína dos arquivos algarvios] de Fr. Joaquim de Santo Agostinho<sup>7</sup> dissipar-se-ia,

porém, com a visita ao opulento cartório da Câmara de Loulé, de cuja vila escreve em 3 de Agosto de 1791. Ali foi realmente encontrar, no seu justo dizer, ainda hoje felizmente comprovado, 'As melhores preciosidades deste Algarve'.<sup>8</sup>

## II Actualidade

A impressão de desolação sentida pelo Fr. Joaquim ainda se experimenta hoje quando se faz o levantamento da documentação que as instituições e as pessoas nossas antepassadas produziram e o que dela chegou até aos nossos dias.

A nossa geração, para além de estar comprometida com a salvaguarda e a difusão do que restou desses séculos, também está comprometida com o presente, procurando através dele descortinar o futuro.

No Algarve levou tempo até que as instituições municipais começassem a investir mais nos seus arquivos e a rodear-se de recursos humanos especializados, deste modo quando em 1994 assumi a direcção do Arquivo Distrital de Faro, vindo da Câmara Municipal de Loulé, era o único arquivista, com formação superior, em actividade na região algarvia, situação que só se alterou quando em finais de 1999 a Câmara Municipal de Tavira contratou uma arquivista. Também os municípios com arquivos organizados eram raros e quando os havia eram sobretudo de carácter histórico.

Esta situação tem vindo a alterar-se progressivamente devido em parte ao trabalho desenvolvido pelo Arquivo Distrital de Faro, que em 1998 pôde contar, também, com o Programa de Apoio à da Rede de Arquivos Municipais (PARAM).<sup>9</sup>

Desde a sua fundação o Arquivo Distrital de Faro proporcionou apoio técnico às autarquias algarvias, no entanto a partir de 1998 esse apoio passou a evidenciar-se mais na divulgação e esclarecimento do programa PARAM junto aos Presidentes de Câmara, procurando deste modo estimular e fomentar a instalação e a organização de arquivos municipais equipados e com recursos humanos adequados. Igualmente a acção do Arquivo Distrital na coordenação

de estágios em arquivos municipais, tal como, também, através do seu responsável, ter participado na organização do 1.º Curso de Especialização em Ciências Documentais, da Universidade do Algarve, e ter coordenado o 1º Curso de Técnicos Profissionais de Arquivo na região algarvia, promovido pela BAD Sul<sup>10</sup>, permitiu uma maior oferta de arquivistas na região.

Deste modo o Algarve que detinha em 1994 um único técnico superior de arquivo para toda a região, passou em 2011 a contar com 25 arquivistas com formação superior, incluindo aqui 3 que estão a terminar a pós graduação em arquivo, sendo que destes 19 exercem as suas actividades em arquivos municipais.<sup>11</sup>

Também foi possível a construção ou a recuperação de 6 edifícios municipais destinados a serviços de arquivo, com o apoio do PARAM.<sup>12</sup>

O aumento da massa crítica no que se refere ao número de especialistas e a melhoria progressiva das instalações dos arquivos, proporcionaram o terreno fértil para uma crescente afirmação dos arquivos municipais como sistemas de gestão e de preservação da informação das autarquias.

Por isso conceitos como modernização, qualidade, planificação estratégica, programação por objectivos são cada vez mais familiares aos profissionais de arquivo, que procuram aplicar estas ideias à gestão dos seus serviços.

Deste modo, no que respeita à gestão de qualidade,<sup>13</sup> os Arquivos Municipais de Lagos,<sup>14</sup> Portimão<sup>15</sup> e Loulé<sup>16</sup> percorreram o caminho que os levaram à certificação de qualidade, embora com diferentes perspectivas e práticas que vão desde a integração do Arquivo Municipal num processo mais vasto, até o próprio Arquivo Municipal se constituir como um processo que interage com outros processos autárquicos.

Os arquivos, procuram assim, constituírem-se como verdadeiros recursos para a gestão, para a administração e para a cultura, aumentado, desta forma, a sua visibilidade como agentes de desenvolvimento da sociedade.

A visibilidade e a difusão dos arquivos

municipais nos concelhos, na região, no país e no mundo são também preocupações crescentes dos arquivistas, procurando assim estar mais próximos do cidadão de forma a projectarem o papel dos arquivos na preservação das memórias e ao mesmo tempo interessarem as populações pelo conhecimento dessas memórias, procurando, deste modo, contribuir para uma cidadania mais informada, responsável e participativa.

Assim, vários caminhos têm sido trilhados, uns convidando a população a entrar nas suas instalações, conhecer os seus serviços e os produtos disponibilizados através de actividades culturais, tais como as que decorrem das comemorações dos 100 anos da implantação da República em Portugal, a que muitos arquivos municipais algarvios se associaram, organizando exposições documentais, colóquios e visitas guiadas às suas instalações. Outra das vias tem sido a utilização das novas tecnologias para colocar os arquivos no mundo e também levar a casa de cada um as memórias digitalizadas, através de páginas electrónicas, blogues, publicações electrónicas e presença na Web 2.0.

A presença dos arquivos municipais na internet tem sido desigual de acordo, sobretudo, com as políticas de controlo de informação e de autonomia que cada autarquia algarvia tem tido relativamente aos seus serviços municipais. Assim temos conteúdos, integrados nas páginas electrónicas das Câmaras Municipais, com a história e os serviços e outros que já disponibilizam fundos documentais e mesmo inventários, com a possibilidade de serem impressos. Relativamente a arquivos com endereços autónomos só encontramos dois, um com pouca informação e outro, o Arquivo Municipal de Lagos (<http://www.arquivomunicipallagos.com/>), bem organizado e completo. Contabilizámos, deste modo, dez arquivos municipais<sup>17</sup> com alguma forma de presença na internet. Relativamente à Web 2.0 não encontramos para a região algarvia arquivos municipais com páginas oficiais, por exemplo no Facebook, no entanto alguns arquivistas através dos seus locais da Web têm procurado divulgar os seus serviços.

Os arquivos municipais organizados, com recursos humanos especializados e trabalho reconhecido pela sociedade, tendem a transpor os limites dos serviços municipais para assumirem responsabilidades no apoio à organização e à preservação de arquivos de instituições sediadas nos seus concelhos. É assim que, de uma forma geral, têm procurado apoiar a organização e a difusão de arquivos de instituições religiosas algarvias, tais como de paróquias e de ordens religiosas, que possuem documentação importante para a história local e, muitas vezes, ameaçada de deterioração total, como, por exemplo, têm sido os trabalhos desenvolvidos por Loulé, Tavira e Silves, este último arquivo municipal através da organização e inventariação do Arquivo Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Silves e publicação do seu inventário em Setembro de 2011. No entanto também existem outras instituições que têm obtido a atenção dos arquivos municipais tais como empresas conserveiras, sobretudo em Vila Real de Santo António e Portimão, sociedades recreativas, como foi o caso da Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva em Loulé, para além dos arquivos de família e pessoais que começam a entrar nas preocupações destas instituições arquivísticas. Outra das funções que os arquivos municipais têm desempenhado nos seus concelhos é o de procurar prevenir a destruição do património arquivístico. No entanto, em certas circunstâncias, só actuações de emergência conseguem manter a integridade da documentação que se encontra, por exemplo em edifícios que já iniciaram processos de construção ou de demolição, como foi o caso dos documentos recuperados pelo Arquivo Municipal de Loulé no antigo edifício do Hospital da Misericórdia, que estava a ser totalmente remodelado e que continha documentação dos vários serviços de saúde que aí tinham funcionado, tais como o Hospital Concelhio e o Centro de Saúde.

#### **REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE**

A crescente complexidade das tarefas a desempenhar pelos arquivistas e o aumento do número destes profissionais nas Câmaras Municipais e em

outros organismos algarvios levou o responsável do Arquivo Distrital de Faro a propor aos seus pares a implementação de uma Rede de Arquivos no Algarve com o objectivo de dinamizar o diálogo e a cooperação entre os arquivistas, por exemplo na resolução de problemas técnicos comuns, na organização de actividades itinerantes e procurar em conjunto encontrar estratégias para se aumentar a visibilidade do trabalho arquivístico e o seu impacto na sociedade.

No seguimento da proposta realizou-se em Julho de 2010, dia 28, pela 14 hora, no Arquivo Distrital de Faro, uma reunião com diversos arquivistas, como Comissão Instaladora da Rede, que assumiram, em definitivo, a implementação da Rede de Arquivos do Algarve, ao mesmo tempo que, entre outras decisões, se propuseram a desenvolver um sítio Web como expressão da divulgação da Rede, comunicação entre arquivistas e a sociedade, a participar na organização do 2.º Encontro de Arquivos do Algarve e a elaborar a Carta de Princípios e o logotipo da Rede.

No seguimento desta reunião e de outras que se seguiram foi possível construir-se a Carta de Princípios que definiu a missão, os valores, os princípios da Rede e a sua organização, tal como determinou a forma como os diversos arquivos algarvios poderiam aderir à Rede.<sup>18</sup>

#### “Carta de Princípios da Rede de Arquivos do Algarve

##### **Preâmbulo**

O aumento do número de profissionais da área e a melhoria progressiva das instalações, têm contribuído para uma crescente afirmação dos arquivos da região algarvia, como sistemas de gestão e de preservação da informação das organizações.

Nesse sentido, o Arquivo Distrital de Faro sentiu necessidade de propor aos seus pares a implementação de uma Rede de Arquivos do Algarve (RAalg) tendo por intuito a dinamização do diálogo e a cooperação técnica entre os arquivistas.

A RAalg constitui-se como uma infra-estrutura informal e voluntária que procura congrega organizações e profissionais ligados à gestão arquivística, sejam públicos ou privados.

A RAalg assume-se como uma plataforma de partilha de conhecimento, experiências, discussão de políticas e abordagens profissionais, um veículo de promoção de boas práticas nas organizações, e um repositório de pesquisa aberto à comunidade científica.

##### **Missão**

A RAalg tem por missão a valorização dos arquivos como sistemas de informação essenciais às organizações, promover a preservação, gestão e divulgação do património arquivístico algarvio, através da criação de projectos com qualidade técnico-científica no âmbito da arquivística, reflectindo boas práticas, normalização e capacidade de concretização.

##### **Valores**

Os membros da RAalg comprometem-se a respeitar os valores de igualdade, diversidade e abertura, garantindo o acesso aos documentos segundo princípios legais e arquivísticos.

##### **Princípios da RAalg**

Proteger, conservar e difundir o património documental, mediante acções que impulsionem actividades de sensibilização, salvaguarda e recuperação de arquivos e documentos.

Propor equipas transdisciplinares para o desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão integrada da informação.

Impulsionar o ensino e a profissionalização da arquivística.

Publicar e divulgar documentação técnico-científica da área.

Promover o intercâmbio e parcerias com organizações congéneres, nacionais e internacionais.

##### **Organização**

A RAalg é coordenada por um grupo de quatro membros, eleitos anualmente e em rotatividade entre os diversos arquivos e seus profissionais, tendo como responsabilidade a organização da agenda das reuniões e a dinamização e coordenação dos projectos comuns, através da criação de grupos de trabalho específicos.

A integração das instituições na Rede de Arquivos deverá ter por base a aplicação tendencial de uma gestão integrada de arquivos, orientada por critérios de qualidade, e a existência de recursos humanos especializados.

Os representantes das instituições na Rede serão obrigatoriamente os especialistas em arquivo, com formação específica e reconhecida, nos casos em que não existam especialistas deverá ser proposto o funcionário ou funcionária que exerça funções no arquivo da instituição.

A adesão à RAalg concretiza-se pela aceitação da Carta de Princípios e nomeação do(s) arquivista(s) ou, na falta deste, o colaborador(es) com funções na área.

A Comissão Instaladora da Rede de Arquivos do Algarve,  
Constituída pelos seguintes arquivistas:

António Monteiro  
Helena Vinagre  
Isabel Dias  
Isabel Dias Salvado  
João Sabóia  
Madalena Guerreiro  
Maria Luísa Pereira

Marisa Caxias  
Nelson Vaquinhas  
Nuno Marques  
Nuno Ribeiro  
Sara Carvalho  
Sónia Negrão  
Tiago Barão  
Vanda Germano  
Vera Gonçalves”

O logótipo ficou aprovado na reunião de 14 de Fevereiro de 2011, no Arquivo Distrital de Faro, e teve como autora a *designer* Ana Viegas.



Relativamente ao sítio Web de que ficou como principal responsável a colega Sara Carvalho foi apresentado, publicamente, no 2.º Encontro de Arquivos do Algarve, realizado em Portimão nos dias 20 e 21 de Maio de 2011, <http://raalg.wikidot.com/arquivos-algarvios>.

O 2.º Encontro de Arquivos do Algarve “Sistemas de Gestão Integrada da Informação” decorreu no TEMPO – Teatro Municipal de Portimão, nos dias 20 e 21 de Maio de 2011, tendo por organizadores a Câmara Municipal de Portimão, o Arquivo Distrital de Faro, a Rede de Arquivos do Algarve e a Direcção Regional da Cultura do Algarve.

Este encontro foi a continuação natural do 1º Encontro de Arquivos no Algarve “Valorização do Património Histórico do Algarve”, que decorreu no Anfiteatro do Castelo de Alcoutim, nos dias 15 e 16 de Maio de 2009 e em que foram organizadores Alcance – Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a Direcção Regional de Cultura do Algarve, o Arquivo Distrital de Faro e a Câmara Municipal de Alcoutim.

O 2.º Encontro recebeu mais de 140 participantes de todo o país foi um êxito não só pelo número de inscritos, mas também pela qualidade das comunicações e pelas discussões que se foram desenrolando.

Neste evento, em síntese, as três grandes áreas debatidas foram<sup>19</sup>:

1. Sobre a implementação e organização da Rede de Arquivos do Algarve, o seu sítio da Web e a apresentação dos resultados e a análise do Inquérito Diagnóstico realizado pela Rede de Arquivos do Algarve às instituições algarvias. Este foi o primeiro passo para um conhecimento objectivo da qualidade e eficácia das políticas arquivísticas no que respeita aos sistemas de informação dos diversos organismos. Das 32 instituições inquiridas responderam 17, sendo que, destas, 10 foram câmaras municipais, coincidindo, assim, com o sector que mais tem evoluído na organização arquivística.

2. Experiências da aplicação do Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo (SEGA) nas Câmaras Municipais, que incidiram sobretudo na desmaterialização de procedimentos e processos como parte da modernização administrativa.

Foi apresentado o exemplo de Portimão sobre a aplicação do Fluxo de Trabalho (Workflow) ao Arquivo Municipal tendo por base o seu Regulamento e Sistema de Classificação.

Outros exemplos foram apresentados pelos Arquivos Municipais de Viana do Castelo e de Oeiras sobre a desmaterialização dos processos de urbanismo, tendo como suporte diversa legislação, tal como a Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro e a Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de Setembro.

Esta automatização do processo de negócio aplicada às autarquias procura facilitar o acesso à informação, melhorar a coordenação da execução dos processos, reduzir o tempo e os custos do processo, eliminar tarefas redundantes e aumentar a qualidade dos serviços. Desta forma, procura-se que o serviço prestado pelo Arquivo Municipal aos seus clientes internos e externos seja mais eficiente e eficaz.

Todos estes sistemas de desmaterialização e automatização aplicados de forma progressiva à Administração Pública também exigem, como foi salientado, plano de preservação digital, a fim de se prevenir a perda destes documentos num futuro próximo.

3. Exemplos de actividades desenvolvidas por diversas instituições, tais como no Arquivo Municipal de Tavira com a história de uma década ao serviço da câmara e do público e no de Silves com o processo da criação do seu plano de classificação. Também a Biblioteca Municipal de Portimão apresentou a sua experiência sobre qualidade do serviço, a sua importância e eficácia para além do dia da certificação, salientando a necessidade de, em cada dia, no seio da equipa de trabalho, nas tarefas internas e no serviço aos clientes a qualidade deve estar sempre presente.

Os relatos destas experiências, tais como de outras que ao longo do encontro foram apresentados, são o testemunho das dificuldades que se colocam ainda aos arquivistas na implementação e organização dos arquivos, tal como também provam o domínio de conceitos como modernização, qualidade, planificação estratégica, programação por objectivos que os profissionais de arquivo e também os de biblioteca já possuem.

Foi, igualmente, a partir do 2.º Encontro que as instituições algarvias puderam começar a aderir à Rede de Arquivos, neste momento já aderiram 11 Câmaras Municipais, Albufeira, Aljezur, Faro, Lagoa, Lagos, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, e outras instituições tais como o Hospital Distrital de Faro, o Turismo do Algarve e a Universidade do Algarve.

### CONCLUSÃO

Apesar do progresso já atingido ainda nos defrontamos com deficiências de organização no que respeita à integração dos serviços de arquivo e por vezes o desconhecimento, por parte das organizações, das competências que o arquivista pode desempenhar levando, muitas vezes, essas instituições a não rentabilizarem os seus sistemas de informação, sejam os tradicionais, sejam os que utilizam já os meios electrónicos e digitais, com prejuízos evidentes para quem necessita dos seus produtos e para o funcionamento e imagem da própria instituição. Tal como não fazer do arquivista parceiro em equipas de planeamento do sistema de informação, por exemplo na

implementação da Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo (SEGA), ou na construção de instalações arquivísticas, acaba sempre por conduzir a prejuízos para a instituição e para o património arquivístico, um exemplo de um possível caminho a seguir foi, neste campo, a edificação do edifício do Arquivo Municipal de Loulé, inaugurado a 4 de Agosto de 2007, onde a colaboração de um arquivista e de um arquitecto à volta de um programa coerente de construção de arquivos foi fundamental no planeamento e implementação de instalações modernas e funcionais.

---

<sup>1</sup> Fui pela 1.ª vez Director do Arquivo Distrital de Faro.

<sup>2</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998.

<sup>3</sup> Joaquim Alberto Iria Júnior nasceu em Olhão (Algarve) em 1909 e faleceu em Lisboa no ano de 1992. Detinha o curso de Biblioteconomia e Arquivística da Universidade de Coimbra, tendo sido director do Arquivo Histórico Ultramarino e historiador, com grande enfoque para a história do Algarve, e também foi presidente de honra da Academia Portuguesa de História.

<sup>4</sup> IRIA, Alberto – Os Arquivos Municipais do Algarve e a Restauração, In “Boletim da Junta de Província do Algarve. Os Centenários, Faro, (imp. 1942), p. [1].

<sup>5</sup> Ordenação Manuelinas: Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (imp. 1984), p. 8.

<sup>6</sup> Livro de Actas de Vereações da Câmara Municipal de Loulé: 1674 – 1675.

<sup>7</sup> Ao serviço da Academia Real das Ciências de Lisboa visitou o Algarve e o Baixo Alentejo a fim de reunir documentos de interesse para a legislação e a história de Portugal.

<sup>8</sup> IRIA, Alberto – Descobrimientos Portugueses: Algarve e os Descobrimientos, vol. 1, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. 13.

<sup>9</sup> Desenvolvido pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em 1998. O PARAM assentava numa partilha de responsabilidades entre o Instituto e as autarquias, no que se refere à construção ou adequação de instalações de arquivo e sua organização.

<sup>10</sup> Delegação Regional do Sul da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

<sup>11</sup> Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António. Os outros distribuem-se pelo Arquivo Distrital de Faro, Universidade do Algarve, Turismo do Algarve e Hospital de Faro.

<sup>12</sup> Vila Real de Santo António, Tavira, Loulé, Lagoa, Vila do Bispo e Silves. O PARAM, na região algarvia, ficou, em alguns aspectos, um pouco aquém do que o seu próprio programa perspectivava, como por exemplo ao aprovar projectos para Arquivos Históricos em prejuízo do incremento de programas de Arquivos Municipais e ao aceitar instalações desadequadas, por vezes, em localizações de risco, como por exemplo de inundações.

<sup>13</sup> Norma do Sistema de Gestão de Qualidade. Requisitos ISO 9001:2000, e a nova versão ISO 9001:2008.

<sup>14</sup> Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade a 11 de Fevereiro de 2008.

<sup>15</sup> Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade a 28 de Maio de 2009.

<sup>16</sup> Certificado de Sistema de Gestão de Qualidade a 20 de Junho de 2008.

<sup>17</sup> Quando procuramos na internet os arquivos algarvios deparamo-nos muitas vezes no resultado da pesquisa com o termo Arquivo Histórico Municipal, ou só Arquivo Histórico. Este facto testemunha a confusão ainda reinante de terminologia, já que muitos destes arquivos se designam oficialmente como arquivos municipais e o mais importante é que começam a ser reconhecidos pelas autarquias como peças importantes na gestão dos seus Sistemas Arquivísticos. Apesar do progresso ainda encontramos, em algumas Câmaras Municipais, os arquivistas dispersos por diversos serviços, autónomos uns dos outros, serviços com a documentação mais antiga e serviços para os documentos mais recentes. Também ainda hoje no Algarve temos 5 municípios, dos 16 existentes, sem estruturas arquivísticas organizadas.

<sup>18</sup> Aprovada em reunião do dia 27 de Março de 2011, no Arquivo Distrital de Faro.

<sup>19</sup> Balanço do 2.º Encontro de Arquivos do Algarve “Sistemas de Gestão Integrada da Informação”, 20-21 de Maio de 2011, Portimão. Texto redigido por João Sabóia e aprovado em reunião da Rede no dia 9 de Junho de 2011, no Arquivo Distrital de Faro.

## BIBLIOGRAFIA

(Além da bibliografia citada no texto, a comunicação

baseou-se nos seguintes publicações)

SABÓIA, João – **Os arquivos e a gestão dos documentos de conservação permanente**, integrada nas **I Jornadas de Arquivos**, que decorreu na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal de Albufeira, organizado pela Câmara Municipal de Albufeira, Albufeira, 9 de Junho de 2009.

SABÓIA, João – **Os Arquivos como factores de desenvolvimento e memória das sociedades: o Arquivo Distrital de Faro**, integrada no **I Encontro de Arquivos no Algarve: Valorização do Património Histórico do Algarve**, que decorreu no Anfiteatro do Castelo de Alcoutim, organizado pela Associação Alcançe: Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio, a Direcção Regional de Cultura do Algarve, o Arquivo Distrital de Faro e a Câmara Municipal de Alcoutim, Alcoutim, 15 a 16 de Maio de 2009.

SABÓIA, João – **Os Arquivos Algarvios no séc. XXI**, integrada na Conferência **Desafios do Séc. XXI na área da Informação e Documentação**, que decorreu no Anfiteatro Paulo Freire da Escola Superior de Educação, da Universidade do Algarve, organizada pela Delegação Regional do Sul da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 26 de Janeiro de 2008.

SABÓIA, João – **Arquivo Municipal de Loulé: do PARAM à Certificação de Qualidade**, integrado no **XI Encontro Nacional de Arquivos Municipais**, que decorreu no Auditório da Fundação Eugénio de Almeida, organizado pela Comissão Permanente do Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e pelo Arquivo Municipal de Évora, Évora, 14 de Novembro de 2008.

SABÓIA, João – Arquivo Municipal de Loulé: Organização. *Al'Ulyã*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé. N.º 12 (2008), p. 185-191. ISBN: 0872-2323.

SABÓIA, João – O Arquivo Municipal: esboço do projecto de Loulé. *Revista Archivo General de la Nación*. Lima. Peru: Archivo General de la Nación. N.º 25 (2005), p. 217-222. ISBN: 259-2371.

SABÓIA, João – Edifício do Arquivo Municipal de Loulé. *Al'Ulyã*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé. N.º 10 (2004), p. 491-495. ISSN: 0872-2323.

SABÓIA, João – Edifícios de Arquivos. In **Jornadas de Estudo: O Renascer da Informação – os novos edifícios de Arquivo**. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, [2004]. (CD – ROM).

SABÓIA, João – Arquivos Municipais a sua importância para a Administração e para a História. *Al'Ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. N.º 9 (2003), p. 119-129. ISSN: 0872-2323.

SABÓIA, João – Arquivo Distrital de Faro: sua relação com os Arquivos Municipais. *Al'Ulyã*. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé. N.º 9 (2003), p. 95-109. ISSN: 0872-2323.